

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.477.341 - MG (2019/0088900-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : MARIA HELENA PINTO DOS SANTOS
ADVOGADOS : ALISON DONIZETE DO COUTO - MG110711
PAULO HENRIQUE CANÇADO DE OLIVEIRA E
OUTRO(S) - MG113326
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. SEGURADO ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL. VALIDADE DO DOCUMENTO ELASTECIDA POR PROVA TESTEMUNHAL. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO RECURSO ESPECIAL REPETITIVO 1.348.633/SP. PREMISSAS FIXADAS NO ACÓRDÃO RECORRIDO QUE FEREM DIRETAMENTE O ART. 11 DAL EI 8.213/1991, DESCARACTERIZANDO EQUIVOCADAMENTE A CONDIÇÃO DE SEGURADO ESPECIAL. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR, RESTAURANDO A SENTENÇA.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto com base na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, contra Acórdão do Tribunal Regional Federal da 1a. Região, que, reformando a sentença, não reconheceu o labor rural.

2. Nas razões do seu Apelo Especial, sustenta a parte agravante que restou devidamente demonstrado nos autos a condição de Segurado especial do *de cujus*, o que garante à autora o direito à concessão de pensão por morte. Defende admissível que a prova testemunhal amplie o alcance do início da prova material para reconhecimento da atividade rural.

3. É o relatório.

4. Da leitura dos autos, o que se verifica é que a Corte de origem apesar de reconhecer que há nos autos prova testemunhal que comprove o labor rural da parte autora, desconsiderou o tempo de serviço rural ao argumento de que os documentos em nome do seu cônjuge não tinham aproveitamento. A propósito:

No caso dos autos, embora a autora tenha comprovado o óbito (ocorrido em 24/12/1996), não apresentou início de prova material apta a demonstrar a qualidade de segurado especial do falecido, mas tão somente prova testemunhal. Há nos autos a qualificação de fazendeiro para ele, não havendo início razoável de prova material apta à comprovação do efetivo exercício de atividade rural, em regime de economia familiar.

Há, ainda, escritura de compra e venda de imóvel rural pelo falecido com dimensão de 40,5 hectares, em tamanho superior ao mencionado pela legislação, qual seja, 4 (quatro) módulos fiscais, o que não condiz com a condição de trabalhador rural em regime de economia doméstica. Consta, ainda, recibo de compra de maquinário para a referida fazenda, bem como nota fiscal de produtor rural e a existência de empregados no auxílio.

5. No entanto, é necessário cotejar a fundamentação do acórdão recorrido e aquela fixada na sentença, que assim esclareceu:

Digo isso, porque foi apresentado início de prova material (fls. 10/14), que deixa claro que o marido da autora era produtor rural em pequeno imóvel rural de propriedade de seu pai (45 hectares), conforme carta de anuência de fl. 12 e declaração de produtor rural de fl. 14, sendo que as testemunhas, ouvidas às fls. 174/175, disseram que conheciam o marido da autora, que ele era trabalhador rural e que a subsistência de sua família dependia desse trabalho.

Cumprе consignar que os documentos referentes a ITR de fl. 65, onde indica a existência de 6 (seis) trabalhadores no terreno rural, dizem respeito a outro imóvel de propriedade do pai do marido da autora, com 385,2 hectares, e não aquele objeto da carta de anuência de uso retratada à fl. 12, que descreve um terreno de apenas 45 hectares, esse sim utilizado pelo marido da autora.

Os documentos referentes a ITR de fl. 65-v dizem respeito ao terreno utilizado pelo autor. Todavia, o fato de constar o uso de 2 (dois) trabalhadores não obsta o reconhecimento de segurado especial do marido do autor, visto que, nos termos do §1º do art.11 da Lei 8.213/1991, o pequeno produtor não perde essa qualidade ao utilizar auxílio de terceiros, mas tão somente quando a utilização de empregados seja permanente e, em uma interpretação em consonância com a norma prevista no art. 5º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro', seja determinante para o exercício da atividade, colocando o empregador em condição de mero gerenciador do desenvolvimento do trabalho rural em seu "empreendimento".

Assim, a prova produzida nos autos, coerente e harmônica, comprovou a condição de segurado especial do falecido.

6. De início, o acórdão reconhece que a propriedade tinha dimensão de 40,5 hectares, o que estaria em desacordo com o que dispõe o texto normativo para fins de caracterização de trabalhador rural. Contudo, como consignado na sentença, o óbice aventado pelo acórdão de que a dimensão da propriedade rural, ou ainda, do módulo fiscal, inviabiliza a pretensão da autora, não procede. Isso porque a legislação prevê que a propriedade de um Segurado especial pode se estender até quatro módulos fiscais, o que permite a propriedade de uma terra de até 140 hectares (35 hectares por módulo fiscal no Município de Bom Despacho), não ultrapassando, assim, o limite legal.

7. Ainda que assim não fosse, no tocante à extensão da propriedade rural, é firme o entendimento desta Corte de que o tamanho da propriedade rural, por si só, não constitui obstáculo ao reconhecimento da condição de Segurado especial, devendo ser ponderada a afirmativa com os demais elementos de convicção carreados aos autos. Nesse sentido, os seguintes julgados:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA RURAL POR IDADE - REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR - EXTENSÃO DA PROPRIEDADE.

1. Não prequestionada a tese relativa à suposta violação do art. 480 do CPC, incide na espécie a Súmula 282/STF.

2. O tamanho da propriedade rural, por si só, não tem o condão de descaracterizar o regime de economia familiar quando preenchidos os demais requisitos legalmente exigidos.

2. Recurso especial não provido (REsp. 1.319.814/MS, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 18.4.2013).

2 2 2

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. REQUISITOS. PROVAS. VALORAÇÃO. POSSIBILIDADE. IMÓVEL RURAL. EXTENSÃO. IMPEDIMENTO PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA.

1. *É firme a compreensão desta Corte no sentido de que, ante as dificuldades encontradas pelo trabalhador rural em comprovar o tempo de serviço nas lides campesinas, o exame do conjunto fático-probatório colacionado aos autos não encontra óbice na Súmula 7 do STJ, por consistir em devida reavaliação do acervo probatório.*

2. *A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é também assente no sentido de que a extensão da propriedade rural, por si só, não é suficiente para impedir o reconhecimento da atividade campesina, em regime de economia familiar.*

3. *Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp. 1.212.499/MG, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 22.10.2012).*

8. Da mesma forma, não prospera a alegação de que a compra de maquinário e a presença de trabalhadores seria suficiente para a descaracterização do Segurado especial.

9. Como acertadamente estabelece o Juízo sentenciante, o fato de constar o uso de 2 (dois) trabalhadores não obsta o reconhecimento de segurado especial do marido do autor, visto que, nos termos do §1º do art.11 da Lei 8.213/1991, o pequeno produtor não perde essa qualidade ao utilizar auxílio de terceiros, mas tão somente quando a utilização de empregados seja permanente e, em uma interpretação em consonância com a norma prevista no art. 5º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, seja determinante para o exercício da atividade, colocando o empregador em condição de mero gerenciador do desenvolvimento do trabalho rural em seu empreendimento.

10. Cabe aqui trazer a transcrição do inciso VII do art. 11 da Lei de Benefícios que é clara ao estabelecer que o Segurado especial pode contar com o auxílio eventual de terceiros e ser produtor rural que explore atividade agropecuária em área de até 4 módulos fiscais, nos exatos termos da alínea a:

VII - como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de:

a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado,

parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade:

1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais;

2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput do art. 2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida;

b) pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida;

c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

10. No mesmo sentido, o fundamento de que a utilização de maquinário descaracteriza a condição de Segurado especial, tal posição contraria frontalmente o art. 11, § 8o. da Lei 8.213/1991, que é clara ao estabelecer que não descaracteriza a condição de segurado especial a utilização pelo próprio grupo familiar, na exploração da atividade, de processo de beneficiamento ou industrialização artesanal, na forma do § 11 do art. 25 da Lei 8.212/1991.

11. Por fim, ainda vale consignar que eventual enquadramento do segurado ou do cônjuge/companheiro como empregador rural tampouco descaracteriza a condição de segurado especial do beneficiário, seja por conta das provas produzidas, seja em virtude das disposições do Decreto-lei 1.166/1971, segundo o qual a qualificação de empregador II-B é uma denominação a quem, proprietário ou não, mesmo sem empregado, em regime de economia familiar, explore imóvel rural que lhe absorva toda a força de trabalho e lhe garanta a subsistência.

12. Importante destacar que a análise que aqui se faz não encontra óbice na Súmula 7 desta Corte, vez que não exige a revisão de qualquer prova carreada aos autos, limitando-se a cotejar as conclusões tomadas no acórdão e na sentença a partir das provas por eles examinadas.

13. Concluindo-se que as premissas fixadas acerca das provas

pelo acórdão contrariam frontalmente o texto normativo que garante ao Segurado especial as proteções acima mencionadas, sem que tal importe na descaracterização de sua condição.

14. Vale, ainda, registrar que Corte firmou o entendimento, no julgamento do Recurso Especial 1.321.493/PR, Representativo da Controvérsia, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 19.12.2012, de que considerando a inerente dificuldade probatória da condição de trabalhador campesino, a apresentação de prova material somente sobre parte do lapso temporal pretendido não implica violação da Súmula 149/STJ, cuja aplicação é mitigada se a reduzida prova material for complementada por idônea e robusta prova testemunhal.

15. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE (SÚMULA 7/STJ). PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE (SÚMULA 282/STF). TEMPO DE SERVIÇO RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. CONTEMPORANEIDADE. NECESSIDADE (PRECEDENTES).

1. *A análise das questões trazidas pelo agravante demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é obstado, em âmbito especial, pela Súmula 7/STJ.*

2. *A ausência de prequestionamento do dispositivo federal tido por violado impede o conhecimento do recurso especial (Súmula 282/STF).*

3. *Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, para efeito de reconhecimento do tempo de serviço urbano ou rural, não há exigência legal de que o documento apresentado abranja todo o período que se quer ver comprovado, devendo o início de prova material ser contemporâneo aos fatos alegados e referir-se, pelo menos, a uma fração daquele período, desde que robusta prova testemunhal lhe amplie a eficácia probatória, o que, in casu, não ocorreu (AgRg no Ag n. 1.340.365/PR, Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 29/11/2010).*

4. *Agravo regimental improvido (AgRg no REsp. 1.202.798/RS, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 20.11.2013).*

PREVIDENCIÁRIO. TRABALHO RURAL. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. ART. 55, § 3º, DA LEI 8.213/1991. SÚMULA 149/STJ. IMPOSSIBILIDADE.

1. *Para o reconhecimento do tempo de serviço do trabalhador rural, apesar de não haver exigência legal de que o documento apresentado como início de prova material abranja todo o período que se quer comprovar, é preciso que tal prova seja contemporânea aos fatos alegados e refira-se, pelo menos, a uma fração daquele período, corroborado com prova testemunhal.*

2. *No caso, o único documento acostado aos autos é a certidão de nascimento da própria autora. Assim, não há início de prova material, in casu.*

3. *A prova testemunhal deve estar apoiada em um início razoável de prova material, contemporâneo à época dos fatos alegados, nos termos da Súmula 149/STJ: "A prova exclusivamente testemunhal não basta a comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário", o que não ocorre no caso dos autos.*

4. *Agravo Regimental não provido (AgRg no AREsp. 380.664/PR, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 11.10.2013).*

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. LABOR RURAL. RECONHECIMENTO. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. DEPOIMENTO TESTEMUNHAL A CORROBORAR O PERÍODO ALEGADO. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. *A hipótese dos autos diz respeito à concessão de aposentadoria por idade a trabalhadora que exerceu atividade rural. O Tribunal Regional concluiu que a autora preencheu todos os requisitos para a concessão da aposentadoria, ressaltando que a prova documental foi confirmada pela prova testemunhal.*

2. *A jurisprudência desta Corte considera que não há exigência legal de que o documento apresentado como início de prova material abranja todo o período que se quer comprovar, basta o início de prova material ser contemporâneo aos fatos alegados e referir-se, pelo menos, a uma fração daquele período, corroborado com prova testemunhal, a qual amplie sua eficácia*

probatória, como ocorre na hipótese.

3. *É sabido que o início de prova material não se confunde com prova plena, mas, sim, meros indícios que podem ser complementados com os depoimentos testemunhais.*

4. *Acolher a pretensão do recorrente de que não foram preenchidos todos os requisitos para a concessão de aposentadoria é tarefa que demandaria o revolvimento dos elementos fático-probatórios da demanda, o que é vedado na presente seara recursal, consoante disposto no enunciado da Súmula 7/STJ.*

Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp. 385.318/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 4.10.2013).

16. Ante o exposto, conheço do Agravo para dar provimento ao Recurso Especial do Particular para restaurar a sentença.

17. Publique-se.

18. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR